



EXPRESSO/REVISTA - 14 de Janeiro de 2022

CAUSA PRÓPRIA

A produção de séries portuguesas está em incremento quantitativamente notável. E como a quantidade favorece a diversidade e torna mais provável a erupção da qualidade, é com agrado que se assiste ao trilhar de caminhos mais seguros que permitem, também, que se assumam riscos formais. Dois anos depois de “Sul”, a Arquipélago Filmes volta a propor uma ficção que ousa descarrilar do ramerrame audiovisual sem cometer tresvarios que afastem o grande público (afinal de contas, “Causa Própria” é uma série para o horário nobre da RTP). Na base está um caso policial: um jovem do liceu é assassinado no parque central de uma não identificada pequena cidade de província. Os indícios recolhidos apontam para um caso de ‘bullying’ homofóbico levado a cabo por três outros jovens. A narrativa centra-se em dois pólos: de um lado a juíza Ana (Margarida Vila Nova), mãe de dois filhos colegas de liceu da vítima; de outro os inspectores (Nuno Lopes e Catarina Wallenstein) que investigam o caso. Nó górdio da questão: David (Afonso Laginha), filho da juíza, não esteve em casa durante a noite do crime, mente em tribunal, paira a dúvida sobre se teve alguma coisa a ver com o ocorrido. Mas o problema central que a série aborda é o vivido pela mãe que devota a vida à aplicação da justiça quando as suspeitas se aproximam de alguém que ama de modo incondicional. Conta mais o amor ou a consciência moral? A escrita de “Causa Própria”, autoria de Edgar Medina e Rui Cardoso Martins, sopesa, genericamente com acerto, quer o mistério, quer o dilema da protagonista, num ritmo narrativo que nos impele sempre para diante e onde as derivações ao fio central, com outros pequenos casos de polícia em julgamento, contribuem para a consistência do conjunto. Os actores sustentam os personagens com densidade bastante. A ‘máscara’ de Catarina Wallenstein é um primor, pena que o espúrio personagem de Maria Rueff a torne um erro de ‘casting’.

Jorge Leitão Ramos

